

3 — Exemplares, em suporte digital e em duplicado (2CDs ou 2DVDs), dos seguintes documentos:

a) Currículo contendo todas as informações pertinentes para a avaliação da candidatura tendo em consideração os critérios de seleção e seriação constantes do capítulo VI do presente edital;

b) Trabalhos mencionados no currículo apresentado, podendo os candidatos destacar até dez dos que considerem mais representativos da atividade por si desenvolvida.

IV — As instruções para a apresentação da informação, em suporte digital, encontram-se disponíveis na área de Concursos de Pessoal do SIGARRA U.PORTO, no endereço http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?p_pagina=1004282.

V — A Reitoria, através da Unidade de Recrutamento do Serviço de Recursos Humanos do Centro de Recursos e Serviços Comuns da Universidade do Porto, comunicará aos candidatos o despacho de admissão ou não admissão administrativa ao concurso, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento, por parte daqueles, das condições estabelecidas no capítulo II -1 deste edital.

VI — Critérios e métodos de seleção e avaliação:

1 — Critérios de aprovação em mérito absoluto:

A admissão dos candidatos está condicionada à sua aprovação em mérito absoluto, a qual dependerá de serem detentores do grau de Doutor, ou grau equiparado nos termos do Decreto-Lei n.º 20/91, de 10 de janeiro, na área disciplinar de Arte e Design e possuírem um currículo cujo mérito o júri entenda revestir nível artístico e pedagógico, capacidade de investigação e atividade desenvolvida compatíveis com a área disciplinar e categoria para que é aberto o concurso, em particular no domínio específico do Desenho.

Considera-se aprovado em mérito absoluto o candidato que seja aprovado por maioria absoluta dos membros do júri votantes, em votação nominal justificada, onde não são admitidas abstenções.

2 — Critérios de seleção e seriação em mérito relativo e respetiva ponderação:

Uma vez identificados, em definitivo, os candidatos aprovados em mérito absoluto, passa-se à sua ordenação em mérito relativo, com base nos critérios de seriação, respetiva ponderação e sistema de valoração final, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 50.º do ECDU e no artigo 14.º do Regulamento dos Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade do Porto, segundo os seguintes fatores:

Mérito Artístico: Produção artística, traduzida na excelência da obra artística dos candidatos, a sua capacidade de inovação e ou investigação. Para o efeito deverá ser considerado o número de apresentações públicas da obra artística, bem como reconhecimento que é prestado pela comunidade artística e crítica, ou pela comunidade dos profissionais, à produção do candidato.

Mérito Pedagógico/Científico: Desempenhos docentes excecionais traduzidos na orientação e coordenação de professores Auxiliares e de Assistentes, direções de curso, coordenação e dinamização de projetos pedagógicos.

Outras Atividades: Eventuais atividades de natureza administrativa ou de gestão, a comprovar documentalmente.

Na avaliação da capacidade e do desempenho dos candidatos, nestas vertentes, serão considerados com particular destaque os elementos curriculares que sejam relevantes para a área a concurso e serão analisados de acordo com os seguintes fatores:

2.1 — Critérios para a avaliação da vertente Mérito Artístico:

2.1.1 — Produção artística: obra artística dos candidatos, a sua capacidade de inovação e ou investigação. Entende-se que, em qualquer destes aspetos, o mérito dos candidatos só poderá ser considerado se for referível a níveis de produção criativa, artística e ou de design qualificável dentro de parâmetros de excelência. Reconhecimento que é prestado pela comunidade artística, à produção do candidato.

2.1.2 — Intervenção na comunidade artística ou profissional, expressa em entrevistas artigos ou ensaios publicados, bem como nas participações, comunicações, atuações em reuniões como conferências, colóquios, e seminários. Reconhecimento que é prestado pela comunidade artística e crítica, ou pela comunidade dos profissionais.

2.1.3 — Dinamização da atividade artística. Este fator tem em conta a capacidade de intervenção e dinamização das atividades artísticas da instituição a que pertence o candidato.

2.2 — Critérios para avaliação da vertente Mérito Pedagógico/Científico:

2.2.1 — Desempenhos docentes excecionais. Deverá incluir pelo menos três orientações de doutoramento

2.2.2 — Orientação e coordenação de Professores Auxiliares e de Assistentes. Qualidade da atividade letiva realizada pelo candidato e ainda direções e coordenações de cursos com prestações avaliadas como excelentes.

2.2.3 — Coordenação de projetos pedagógicos. Qualidade da produção de material pedagógico e da dinamização pedagógica.

2.2.4 — Atividade letiva.

2.3 — Critérios para avaliação da vertente Outras Atividades:

2.3.1 — Eventuais atividades de outra natureza. Qualidade de atividades de natureza administrativa ou de gestão, a comprovar documentalmente.

3 — Modo de funcionamento dos júris

Cada membro do júri fará o seu exercício avaliativo, pontuando cada candidato em relação a cada critério, avaliando qualitativamente cada candidato relativamente a cada vertente e construindo a sua lista ordenada com a qual participa nas votações que, segundo o ECDU, conduzem à ordenação final.

4 — Pesos das vertentes e dos critérios

Os pesos associados aos critérios e vertentes são seguintes:

Mérito Artístico: 45 %

Mérito Pedagógico/Científico: 45 %

Outras Atividades: 10 %

5 — Cálculo do Resultado Final

O júri como um todo pontua cada candidato em relação a cada fator e constrói diretamente a lista ordenada. Independentemente do processo, o júri usará a mesma escala numérica para todos os fatores, recomendando-se que seja utilizada uma pontuação de 0 a 100.

VII — O júri tem a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor António José de Magalhães Silva Cardoso, Vice-Reitor da Universidade do Porto.

Vogais:

Doutor Joaquim Pereira Pinto Vieira, Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto;

Doutor Lino Cabezas, Profesor Catedrático de la Facultad de Belles Arts da Universitat de Barcelona;

Doctor Jesús Pastor Bravo, Profesor Catedrático de la Facultad de Belas Artes de Pontevedra da Universidade de Vigo;

Doctor Rafael Muñoz Caldach, Profesor Catedrático de la Facultad de Bellas Artes de la Universidad Politécnica de Valencia — Departamento de Dibujo;

Doctora María del Carmen Lloret Ferrándiz, Profesora Catedrática de la Facultad de Bellas Artes de la Universidad Politécnica de Valencia — Departamento de Dibujo.

VIII — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

19 de junho de 2013. — O Vice-Reitor, *Prof. Doutor António José de Magalhães Silva Cardoso*.

207057403

Edital n.º 655/2013

Professor António José de Magalhães Silva Cardoso, Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Vice-Reitor da mesma Universidade:

Faço saber que, por meu despacho de 13 de junho de 2013, no uso de competência delegada por despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 203 de 19 de outubro de 2010, pelo prazo de cinquenta dias úteis a contar do dia imediato ao da publicação do presente edital no *Diário da República*, se abre concurso documental para um Professor Catedrático para a Área Disciplinar de Arte e Design da Faculdade de Belas Artes desta Universidade.

1 — As disposições legais aplicáveis são as seguintes:

1 — Artigos 37.º a 51.º e 62.º-A, do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio; Regulamento dos Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade do Porto — despacho n.º 12913/2010, publicado no *Diário da República*, n.º 154, de 10 de agosto de 2010.

II — Ao concurso podem candidatar-se:

1 — Os titulares do grau de doutor há mais de cinco anos, que sejam detentores do título de agregado, ou grau equiparado nos termos do Decreto-Lei n.º 20/91, de 10 de janeiro.

Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de ser reconhecido por instituição de ensino superior portuguesa, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 341/2007, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 197, de 12 de outubro.

Esta formalidade tem de estar cumprida até à data do termo do prazo para a candidatura.

III — O processo de candidatura ao concurso é instruído com:

1 — Carta de candidatura em que os candidatos deverão indicar os seguintes elementos:

- a) Nome completo;
- b) Filiação;
- c) Número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu;
- d) Data e localidade de nascimento;
- e) Estado civil;
- f) Profissão;
- g) Residência ou endereço de contacto;
- h) Telefone ou telemóvel de contacto;
- i) Endereço eletrónico de contacto.

2 — Documentos comprovativos do preenchimento das condições fixadas no n.º 1 do capítulo anterior, designadamente, a certidão de doutoramento e a certidão de agregação, exceto para os casos correspondentes à obtenção do grau de doutor ou do título de agregado na Universidade do Porto;

3 — Exemplares, em suporte digital e em duplicado (2CDs ou 2DVDs), dos seguintes documentos:

- a) Currículo contendo todas as informações pertinentes para a avaliação da candidatura tendo em consideração os critérios de seleção e seriação constantes do capítulo VI do presente edital;
- b) Trabalhos mencionados no currículo apresentado, podendo os candidatos destacar até dez dos que considerem mais representativos da atividade por si desenvolvida.

IV — As instruções para a apresentação da informação, em suporte digital, encontram-se disponíveis na área de Concursos de Pessoal do SIGARRA U.PORTO, no endereço http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?p_pagina=1004282.

V — A Reitoria, através da Unidade de Recrutamento do Serviço de Recursos Humanos do Centro de Recursos e Serviços Comuns da Universidade do Porto, comunicará aos candidatos o despacho de admissão ou não admissão administrativa ao concurso, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento, por parte daqueles, das condições estabelecidas no capítulo II -1 deste edital.

VI — Critérios e métodos de seleção e avaliação:

1 — Critérios de aprovação em mérito absoluto:

A admissão dos candidatos está condicionada à sua aprovação em mérito absoluto, a qual dependerá de serem detentores do grau de Doutor, ou grau equiparado nos termos do Decreto-Lei n.º 20/91, de 10 de janeiro, na área disciplinar de Arte e Design e possuírem um currículo cujo mérito o júri entenda revestir nível artístico e pedagógico, capacidade de investigação e atividade desenvolvida compatíveis com a área disciplinar e categoria para que é aberto o concurso, em particular no domínio específico de Pintura.

Considera-se aprovado em mérito absoluto o candidato que seja aprovado por maioria absoluta dos membros do júri votantes, em votação nominal justificada, onde não são admitidas abstenções.

2 — Critérios de seleção e seriação em mérito relativo e respetiva ponderação:

Uma vez identificados, em definitivo, os candidatos aprovados em mérito absoluto, passa-se à sua ordenação em mérito relativo, com base nos critérios de seriação, respetiva ponderação e sistema de valoração final, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 50.º do ECDU e no artigo 14.º do Regulamento dos Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade do Porto, segundo os seguintes fatores:

Mérito Artístico: Produção artística, traduzida na excelência da obra artística dos candidatos, a sua capacidade de inovação e ou investigação. Para o efeito deverá ser considerado o número de apresentações públicas da obra artística, bem como reconhecimento que é prestado pela comunidade artística e crítica, ou pela comunidade dos profissionais, à produção do candidato.

Mérito Pedagógico/Científico: Desempenhos docentes excecionais traduzidos na orientação e coordenação de professores Auxiliares e de Assistentes, direções de curso, coordenação e dinamização de projetos pedagógicos.

Outras Atividades: Eventuais atividades de natureza administrativa ou de gestão, a comprovar documentalmente.

Na avaliação da capacidade e do desempenho dos candidatos, nestas vertentes, serão considerados com particular destaque os elementos cur-

riculares que sejam relevantes para a área a concurso e serão analisados de acordo com os seguintes fatores:

2.1 — Critérios para a avaliação da vertente Mérito Artístico:

2.1.1 — Produção artística: obra artística dos candidatos, a sua capacidade de inovação e ou investigação. Entende-se que, em qualquer destes aspetos, o mérito dos candidatos só poderá ser considerado se for referível a níveis de produção criativa, artística e ou de design qualificável dentro de parâmetros de excelência. Reconhecimento que é prestado pela comunidade artística, à produção do candidato.

2.1.2 — Intervenção na comunidade artística ou profissional, expressa em entrevistas artigos ou ensaios publicados, bem como nas participações, comunicações, atuações em reuniões como conferências, colóquios, e seminários. Reconhecimento que é prestado pela comunidade artística e crítica, ou pela comunidade dos profissionais.

2.1.3 — Dinamização da atividade artística. Este fator tem em conta a capacidade de intervenção e dinamização das atividades artísticas da instituição a que pertence o candidato.

2.2 — Critérios para avaliação da vertente Mérito Pedagógico/Científico:

2.2.1 — Desempenhos docentes excecionais. Deverá incluir pelo menos três orientações de doutoramento

2.2.2 — Orientação e coordenação de Professores Auxiliares e de Assistentes. Qualidade da atividade letiva realizada pelo candidato e ainda direções e coordenações de cursos com prestações avaliadas como excelentes.

2.2.3 — Coordenação de projetos pedagógicos. Qualidade da produção de material pedagógico e da dinamização pedagógica.

2.2.4 — Atividade letiva.

2.3 — Critérios para avaliação da vertente Outras Atividades:

2.3.1 — Eventuais atividades de outra natureza. Qualidade de atividades de natureza administrativa ou de gestão, a comprovar documentalmente.

3 — Modo de funcionamento dos júris:

Cada membro do júri fará o seu exercício avaliativo, pontuando cada candidato em relação a cada critério, avaliando qualitativamente cada candidato relativamente a cada vertente e construindo a sua lista ordenada com a qual participa nas votações que, segundo o ECDU, conduzem à ordenação final.

4 — Pesos das vertentes e dos critérios

Os pesos associados aos critérios e vertentes são seguintes:

Mérito Artístico: 45 %
Mérito Pedagógico: 45 %
Outras Atividades: 10 %

5 — Cálculo do Resultado Final

O júri como um todo pontua cada candidato em relação a cada fator e constrói diretamente a lista ordenada. Independentemente do processo, o júri usará a mesma escala numérica para todos os fatores, recomendando-se que seja utilizada uma pontuação de 0 a 100.

VII — O júri tem a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor António José de Magalhães Silva Cardoso, Vice-Reitor da Universidade do Porto.

Vogais:

Doutor António Quadros Ferreira, Professor Catedrático da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto;

Doutor Joaquim Lima de Carvalho, Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa;

Doutora Isabel Maria Sabino Correia, Professora Catedrática da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa;

Doctor Domènec Corbella, Profesor Catedrático de la Facultad de Bellas Artes de la Universitat de Barcelona;

Doctor Juan Bautista Peiró Lopez, Profesor Catedrático en Bellas Artes por la Universidad Politécnica de Valencia;

Doctor Jesús Hernández Sánchez, Profesor Catedrático de la Facultad de Belas Artes de Pontevedra da Universidade de Vigo (Departamento de Pintura).

VIII — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

19 de junho de 2013. — O Vice-Reitor, *António José de Magalhães Silva Cardoso*.

207057088